



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680276 - SP (2021/0219926-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : LARISSA PALERMO FRADE E OUTRO
ADVOGADOS : LARISSA PALERMO FRADE - SP306293
JONATHAN ARIEL RAICHER - SP305332
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ULYSSES TORRES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ULYSSES TORRES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2057877-29.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante e denunciado por suposta prática do delito descrito no art. 12, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, sendo-lhe concedida a liberdade provisória mediante o pagamento de fiança, bem como proposto acordo de não persecução penal pelo Ministério Público.

Formulado pedido de trancamento do inquérito policial, foi indeferido (fl. 19).

Os impetrantes sustentam a carência de justa causa para a persecução penal e para o acordo de não persecução penal, tendo em vista a ausência de lesividade ou de violação do bem jurídico tutelado, restando demonstrada a atipicidade da conduta imputada ao paciente.

Destacam, ainda, a ausência de indícios mínimos que apontem para o preenchimento do elemento subjetivo do tipo penal, porquanto o paciente não teria conhecimento de que se tratava de armas funcionais e não possuía vontade de possuí-las nessas condições, tratando-se de hipótese de erro de tipo, o que afastaria o dolo, nos termos do art. 20 do Código Penal.

Requerem, liminarmente e no mérito, "o trancamento do Procedimento nº 1520131-19.2020.8.26.0228, em trâmite perante o Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária do Foro Criminal Central da Comarca de São Paulo/SP (DIPO 4.2.3), que tem por objeto imputação, carente de justa causa, de conduta manifestamente atípica, que o Ministério Público pretende seja confessada pelo ora Paciente em sede de ANPP"

(fl. 12).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente